

ANEXO I
SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ / MF nº 23.817.528/0001-53
NIRE 17.300.008.796

SOL Maior Geradora de Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras
do exercício findo em 31 de
dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações Financeiras	10



A receita nesse tipo de ambiente é composta por uma parcela fixa, cuja base de cálculo é a energiavendida (R\$/MWh), e uma parcela variável (desvios de geração gerada com relação à contratada). Dessa forma, a mensuração da receita total no ambiente de energia de reserva, envolve premissas baseadas no volume de energia gerado e a aplicabilidade de fatores de tolerância de acordo com o previsto no *Power Purchase Agreement – PPA*.

Devido às incertezas relacionadas as premissas e estimativa das parcelas fixas e variáveis da receita, em 31 de dezembro de 2021, que podem resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras no próximo ano fiscal consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria .

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) leitura e avaliação do *Power Purchase Agreement – PPA*, (ii) recálculo da receita de geração de energia com base no volume de energia gerada, conforme obtido de fontes externas da Companhia, (iii) recálculo dos saldos esperados de ressarcimentos e compensações acompanhando as posições patrimoniais e os devidos impactos no resultado de acordo com os fatores de tolerância aplicáveis, e (iv) teste de recebimentos de faturas, por amostragem. Analisamos, também, a adequação das divulgações relacionadas incluídas nas notas explicativas nº 3 “F” e 13.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo reconhecido como receita, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Sol Maior Geradora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.361	1.749
Contas a receber	6	1.395	329
Indenizações a receber	7	9.262	573
Adiantamentos a fornecedores e outros		304	68
Tributos a compensar		33	39
Despesas antecipadas		-	16
Total do Ativo Circulante		14.355	2.774
Depósitos vinculados e outros		20	20
Total do realizável a longo prazo		20	20
Imobilizado	8	19.035	20.270
Total do Ativo não circulante		19.055	20.290
Total do ativo		33.410	23.064
Passivos		2021	2020
Fornecedores		209	265
Debêntures	9	15.741	1.679
Obrigações fiscais	10	66	21
Outros Passivos	11	1.056	7
Total do Passivo Circulante		17.072	1.972
Debêntures	9	15.436	16.116
Passivo Não circulante		15.436	16.116
Patrimônio líquido			
Capital social	12 a)	5.993	5.993
Prejuízos Acumulados		(5.091)	(1.017)
Total do Patrimônio Líquido		902	4.976
Total do passivo e patrimônio líquido		33.410	23.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

		2021	2020
	Nota		
Receita Operacional Líquida	13	2.114	3.477
Custo de operação	14	(2.215)	(2.328)
Lucro Bruto		(101)	1.149
Despesas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	15	(221)	(146)
Outras Receitas Operacionais		(10)	-
		(231)	(146)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(332)	1.003
Resultado financeiro	16		
Receita Financeira	16 a.	183	38
Despesa Financeira	16 b.	(3.925)	(2.058)
Despesas financeiras líquidas		(3.742)	(2.020)
Prejuízo líquido do exercício		(4.074)	(1.017)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(4.074)	(1.017)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(4.074)	(1.017)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital subscrito	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.871	(2.293)	(2.459)	5.119
Aumento de capital - AGE 10.07.2020	14 874			874
Absorção dos prejuízos - AGE 10.07.2020	14 (2.459)		2.459	-
Redução de capital - AGE 10.07.2020 - registrada em 13.10.2020	14 (2.293)	2.293		-
Prejuízo do exercício	-	-	(1.017)	(1.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.993	-	(1.017)	4.976
Prejuízo do exercício	-	-	(4.074)	(4.074)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.993	-	(5.091)	902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Marques Gillet, Lucas Marques Gillet, Bruna Ceolin, Maria Alice Pierry Amorosino, Andre Evangelista Rocha, Tulio Azevedo Machado, Nilton Bertuchi e Paulo Andre Garcia De Souza.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código AA73-86F1-BFBD-D6EA.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(4.074)	(1.017)
Ajustes por:			
Juros sobre debêntures	9	3.877	2.052
Depreciação	8	1.235	1.235
Indenizações á receber		-	(573)
		1.038	1.697
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber	6	(1.066)	(14)
Indenizações a receber	7	(7.640)	-
Adiantamentos a fornecedores e outros		(236)	(68)
Tributos a compensar e outros		-	(7)
Cauções e depósitos vinculados		6	-
Despesas antecipadas		16	(16)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(56)	(13)
Obrigações fiscais		45	2
Outros Passivos			(142)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(7.893)	1.439
Fluxo de caixa de atividade de financiamento			
Captação de debêntures	9	9.505	-
Pagamento de Principal - Debêntures	9	-	(272)
Pagamento de juros - Debêntures	9	-	(1.299)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		9.505	(1.571)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.612	(132)
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	1.749	1.881
Caixa e equivalentes no fim do exercício	6	3.361	1.749
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.612	(132)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sol Maior Geradora de Energia S.A (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como acionista controlador o XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. A Companhia está domiciliada no Brasil no endereço: às margens da Rodovia TO-342, a 5 Km de Miranorte, no sentido de Miracema do Norte, na Cidade de Miracema do Tocantins-TO.

A Companhia tem por objetivo específico o desenvolvimento, implantação, construção, operação, manutenção e exploração comercial da UFV SOL MAIOR 2 para a geração de Energia Elétrica Renovável por fonte Fotovoltaica (solar) – CNAR: 3511-5/01, em todo o território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica.

A Companhia sagrou-se vencedora do 1º Leilão de Energia de Reserva LER de 2015, Leilão nº 08/2015, realizado em 28 de agosto de 2015, que teve por objeto a contratação de energia de reserva proveniente de novos empreendimentos de geração a partir de fonte solar fotovoltaica.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União, o despacho sob o nº 312, processo: 48500.000475/2017-48, liberando o início da operação comercial da usina: UFV Sol Maior 2, unidades geradoras: UG1 a UG40, de 125 KW cada, totalizando 5.000 KW de capacidade instalada, no município de Miracema do Tocantins, TO. O período contratual é de 20 (vinte) anos, correspondendo ao período de 1º de agosto de 2017 até o dia 31 de julho de 2037. O Contrato não prevê a possibilidade de renovação. No leilão, a Companhia foi vencedora pelo lance de R\$ 297/MWh. O preço será atualizado anualmente, com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Desempenho operacional e gestão

Em fevereiro de 2019, teve início as atividades operacionais da Companhia com o início da operação comercial da UFV. Em 09 de outubro de 2020, durante ação excepcional de fenômenos eólicos, as instalações da UFV sofreram perdas materiais significativas com danos físicos e interrupção das operações. Devido a este sinistro ocorrido, em 30 de dezembro de 2020 foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho nº 3.712, que suspendeu a operação comercial de unidades geradoras da UFV, como resultado da comunicação de ocorrência grave formulado pela UFV SOL MAIOR 2 à SFG/ANEEL, de conformidade com a Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013.

Dessa forma, foram suspensas temporariamente as operações comerciais das unidades geradoras equivalentes à 1.886 kW, restando 3.114 kW da capacidade instalada, que continuaram em operação comercial normal, a contar de 31 de dezembro de 2020 até que sejam restabelecidas as condições da UFV anteriores ao evento de 09 de outubro de 2020. Dessa forma, uma nova comunicação deverá ser enviada à SFG/ANEEL solicitando o retorno da operação comercial das unidades afetadas pelo sinistro, conseqüentemente ensejará em uma nova publicação de um despacho restabelecendo a plena operação comercial da UFV.

Os valores das potências afetadas e remanescentes foram calculadas e arredondados pela CCEE que realizou a alteração da modelagem da UFV para que esta nova configuração reflita no Sistema de Contabilização e Liquidação (CliqCCEE), com rebatimentos comerciais no Contrato de Energia de Reserva - CER no 328/15, impactando no valor da receita de venda a ser percebida pela Usina, a partir dessa data de 31 de dezembro de 2020.

As instalações da UFV estavam asseguradas com referencia a apólice número 046692020100101180001280 junto a seguradora Fairfax. Todas as comunicações foram devidamente feitas a seguradora para abertura de processo administrativo, sendo que a Companhia aguarda posicionamento final da seguradora para definição do prazo de ressarcimento do valor avariado, conforme nota explicativa nº 7.

Ao longo de 2021, gerou 5.231 MWh. (9.584 MWh em 2020). Portanto, ficando abaixo da garantia física contratada no leilão de 9.359 MWh.

Diante disso, a UFV tem recebido como receita de venda de energia de reserva aproximadamente 62,28% da receita fixa original. A expectativa da administração é que o restabelecimento da operação comercial plena seja retomado até o final do primeiro semestre de 2022.

Capital Circulante Líquido - A Companhia apresentou no balanço em 31 de dezembro de 2021 capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 2.717. O principal fator deste cenário referem-se aos vencimentos das debêntures (NE nº 9), no montante de R\$ 15.741, sendo R\$ 10.796 de principal e R\$ 4.945 juros. Dentro deste contexto, seguindo o planejamento financeiro determinado, A Companhia espera liquidar essa debênture com os recursos próprios oriundos da operação de venda de energia, bem como, recebimento do sinistro registrado no ativo circulante.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 19 de maio de 2022. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores

reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Reconhecimento de receita – Nota Explicativa nº13: mensuração da parcela fixa e variável da receita com base no volume de energia gerado e a aplicabilidade de fatores de tolerância de acordo com o previsto no *Power Purchase Agreement – PPA*.

3 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras que incluem outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. O saldo está demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até da data do balanço

b. Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, mão de obra e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

- Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na menor taxa entre a vida útil estimada dos bens e o prazo do contrato de Power Purchase Agreement – PPA, de forma limitada ao prazo do contrato de venda de energia, pois, após encerrado esse contratos os itens serão desmantelados, sem direito a indenização. A depreciação é reconhecida no resultado como custo de operação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

O saldo do imobilizado líquido da Companhia corresponde ao valor de R\$ 19.035 (R\$ 20.270 – dez/2019), conforme nota explicativa 8. A depreciação está sendo realizada de acordo com a menor taxa entre a vida útil do bem e o prazo de autorização do *Power Purchase Agreement – PPA* de 18 anos e seis meses, tendo como o mês de início da operação em fevereiro de 2019. Essa metodologia é adotada pois não tem expectativa de que os bens sejam utilizados pós PPA, não há indenização ao final da autorização e, conseqüentemente, o ativo é desmantelado.

c. Redução ao valor recuperável

A Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Em 2021, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Companhia, inclusive os danos nos módulos da UFV segurados, estão sendo recuperados na sua totalidade.

d. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias e registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto na lei 6.404/76, do lucro líquido do exercício 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, a constituição do fundo de reserva legal, até que o mesmo atinja 20% (vinte por cento) e o saldo remanescente será distribuído dividendo não inferior de 25% (vinte por cento) do lucro anual mediante a deliberação em Assembleia Geral.

e. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

f. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita nesse tipo de ambiente é composta por uma parcela fixa, cuja base de cálculo é a energia vendida (R\$/MWh), e uma parcela variável (desvios de geração efetiva com relação à energia contratada - fixa) sendo que tal mecanismo, possibilita o carregamento para os anos seguintes de déficits e compensações de energia que são reconhecidos de acordo com os critérios previstos pelo *Power Purchase Agreement – PPA*.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

Reconhecimento de receita nota explicativa nº 13: a receita de geração de energia é reconhecida no período da transferência da energia para a rede. O valor mensal apurado da receita é reconhecido conforme relatório emitido pelo Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE.

g. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

h. Imposto de renda e contribuição social

(i) Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (valor anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto e contribuição social corrente é o valor a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas vigentes na data das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos correntes a pagar ou referente aos créditos são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial, que não seja

mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio de venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos

de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo e;
- Os termos que limitam o acesso a Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados, mas não pagos, são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado comotal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou;
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre umativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou;
- A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4 Novas normas contábeis

4.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras:

(i) Contratos Onerosos -custos para cumprir um contrato (Alterações ao CPC 25)

As alterações especificam mais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(ii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2021, não haverá impacto sobre lucros acumulados com a adoção das alterações.

4.2 Outras Normas

A administração da Companhia não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. São elas:

- (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID 19 após 30 de junho de 2021 (Alteração ao CPC 06);**
- (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);**
- (iii) Referência à Estrutura conceitual (alterações ao CPC 15);**

- (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- (v) IFRS 17 – Contratos de Seguros;
- (vi) Divulgação de Políticas Contábeis (Alteração ao CPC 26); e
- (vii) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras foram alocadas no fundo CDB DI Progressivo, que busca rentabilidade de 96% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI através da alocação de recursos em cotas de fundos de investimento com carteira diversificada de ativos financeiros de taxas de juros pós- fixadas e com baixo risco de crédito. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 3,6% a.a. ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (2,80% a.a. - 2020).

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	1.766	336
Aplicações automáticas	1.113	524
CDB DI Progressivo	482	889
	3.361	1.749

6 Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) (i)	1.395	329
	1.395	329

- (i) Os valores de contas a receber se referem substancialmente à geração de energia elétrica realizada no ambiente de energia de reserva.

7 Indenização a receber

	Seguradora	Nº apólice	31/12/2021	31/12/2020
1º sinistro (i)	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692018100101180000868	-	538
2º sinistro (ii)	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692020100101180001280	9.180	35
3º sinistro (iii)	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692020100101180001280	82	-
			9.262	573

Em 09 de outubro de 2020, durante ação excepcional de fenômenos eólicos (vendaval), as instalações da UFV sofreram perdas materiais significativas com danos físicos e interrupção

das operações.

As instalações da UFV estavam asseguradas com referencia a apólice número 046692020100101180001280 junto a seguradora Fairfax. Todas as comunicações foram devidamente feitas a seguradora para abertura de processo administrativo, bem como, a seguradora homologou os montantes a serem recebidos, onde a Companhia aguarda o recebimento desses montantes durante o exercício de 2022.

8 Imobilizado

		2021		
Imobilizado	Taxas anuais% depreciação	31/12/2021	Depreciação	31/12/2020
Bens em operação				
Planta Fotovoltaica - instalações e benfeitorias	5%	19.035	(1.235)	20.270
Total bens em operação 2021		19.035	(1.235)	20.270
		2020		
Imobilizado	Taxas anuais% depreciação	31/12/2020	Depreciação	31/12/2019
Bens em operação				
Planta Fotovoltaica - instalações e benfeitorias	5%	20.270	(1.235)	21.505
Total bens em operação 2020		20.270	(1.235)	21.505

9 Debêntures

Em abril de 2019, a Companhia concluiu o processo da 3ª emissão de Debêntures, emitida com base na instrução CVM nº 476/09, com a emissão 17.000 (dezesete mil) debêntures não conversíveis em ações, totalizando uma captação de R\$ 17.000, atualizados pelo IPCA + 8,0% a.a., com vencimento em 30 de abril de 2035. Os recursos foram utilizados na sua totalidade na liquidação da 2ª emissão de debêntures. Os encargos financeiros são amortizados trimestralmente.

Em 21 de julho de 2021, a Companhia concluiu o processo da 4ª emissão de Debêntures, com a emissão 11.000 (onze mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, totalizando uma captação de de R\$ 11.000, atualizados pelo DI + 5,00% a.a, com vencimento em 21 de julho de 2022. Os recursos foram utilizados para o pagamento dos custos de recuperação da planta da usina de geração solar fotovoltaica da Companhia, em razão dos sinistros relatados.

Em 29 de outubro de 2021, na Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão de Debêntures Simples, foi prorrogado o pagamento de amortização e juros vencidos para 31 de janeiro de 2022.

Número da emissão	Quantidade	Valor nominal	Valor da Emissão	Encargos financeiros	Data emissão	Data vencimento	31/12/2021	31/12/2020
3ª emissão 1ª série	17.000	1	17.000	IPCA + 8%	19/04/2019	30/04/2035	21.276	17.795
4ª emissão série única	11.000	1	11.000	DI + 5,00%	21/07/2021	21/07/2022	9.901	_____
Total							31.177	17.795

**Sol Maior Geradora
de Energia S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021*

	Circulante	15.741	1.679
	Não Circulante	15.436	16.116
		31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial		<u>17.795</u>	<u>17.314</u>
Captação 4º emissão		9.505	-
Apropriação de juros sobre debêntures - Resultado		3.877	2.052
Pagamento/Amortização de juros		<u>-</u>	<u>(1.571)</u>
Saldo final		<u>31.177</u>	<u>17.795</u>

Fluxos de caixa contratuais

31/12/2020	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures	31.177	15.741	850	3.700	10.886

O instrumento Particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme item 9 “Garantias”, estabelece que:

- (i) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia pertencentes a MG3, correspondente a 321.801 ações;
- (ii) Cessão fiduciária de 100% (cem por cento) dos direitos de créditos, principais e acessórios, detidos pela Emissora contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica -CCEE;
- (iii) Alienação fiduciária de todos os bens, equipamentos, máquinas e ativos fixos de que a Emissora é proprietária, e que venha a ser titular, a qualquer tempo futuro.

Cláusulas de vencimento antecipado

No instrumento Particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme item 11 “Vencimento Antecipado”, o Debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas as Obrigações Garantidas e exigir o pagamento em moeda corrente nacional dos valores previstos na cláusula 11.3, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial: Citamos resumidamente: Abaixo estão somente parte dos eventos referendados no item 11.1:

- (i) Inadimplemento pela Emissora e/ou pela Lyon de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, ou em qualquer Contrato de Garantia Real;
- (ii) Inadimplemento pela Emissora e/ou pela Lyon de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou em quaisquer dos Contratos de Garantia Real que não seja sanado dentro de 10 dias úteis;
- (iii) Em caso de descumprimento, violação de compromisso ou obrigação envolvendo os termos de quaisquer contratos vinculativos firmados pela Emissora;
- (iv) Decretação de falência da Emissora;
- (v) A Emissora admitir sua incapacidade ou impossibilidade de honrar suas dívidas no vencimento;

- (vi) Inobservância, pela Emissora, da Legislação Socioambiental;
- (vii) Em caso de descumprimento, pela Emissora, do índice de Cobertura do Serviço devida (“ICSD”) mínimo de 1,20 um inteiro e dois décimos, em bases consolidadas, a ser apurado anualmente.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as suas obrigações contratuais (covenants).

10 Obrigações fiscais e contingências

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos Retidos	28	11
Impostos sobre receita - Pis e Cofins	38	10
	<u>66</u>	<u>21</u>

A Companhia não possui na data base de 31 de dezembro de 2021 montantes referentes a contingências fiscais, cíveis ou trabalhistas classificados como probabilidade de perda possível ou provável.

11 Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) (i)	1.046	-
Uso de Solo - LC Energia Renovável (ii)	8	5
Outros	2	2
	<u>1.056</u>	<u>7</u>

- (i) Ressarcimento anual, decorrente da geração de energia inferior, previsto em contrato. O valor, inicialmente de R\$ 1.569, está sendo restituído deste setembro de 2021, sendo a última parcela em agosto de 2022. O valor de cada parcela é de R\$ 131.
- (ii) Contraprestação mensal equivalente 1,8% (um vírgula oito por cento) do lucro bruto mensal efetivamente recebido pela companhia, prevista em contrato.

12 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 5.993, representado por 5.992.567 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Acionistas	<u>2021</u>	%
------------	-------------	---

	Número de Ações	
MG3 Infraestrutura e Participações Ltda	321.801	5,37%
XP Infra II – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	5.670.766	94,63%
Total	<u>5.992.567</u>	<u>100%</u>

13 Receita de Geração de Energia

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Geração de Energia (i)	4.058	3.832
Geração Inf. Energia (ii)	(1.569)	(355)
(-) Impostos	<u>(375)</u>	<u>(355)</u>
	<u>2.114</u>	<u>3.477</u>

- (i) Os valores de receita se referem substancialmente a geração de energia elétrica realizada no ambiente de energia de reserva.
- (ii) Ressarcimento anual (penalidades sobre a receita), decorrente da geração de energia inferior, previsto em contrato.

14 Custos de operação

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	(1.235)	(1.235)
TUSD	(448)	(580)
Engenharia e Consultoria	(475)	(603)
Despesa de Locação (i)	(73)	(69)
Créditos Pis e Cofins	85	215
Outros	<u>(69)</u>	<u>(56)</u>
	<u>(2.215)</u>	<u>(2.328)</u>

- (i) Contraprestação mensal equivalente 1,8% (um vírgula oito por cento) da receita bruta mensal efetivamente recebido pela Companhia, prevista em contrato referente a locação do local onde está instalada a planta fotovoltaica.

15 Gastos operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Custos com a escrituração e registros da Debêntures	(39)	(34)
Assessoria administrativa e jurídica	(136)	(49)
Outros	<u>(46)</u>	<u>(63)</u>
	<u>(221)</u>	<u>(146)</u>

16 Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Financeira (a)	183	38
Juros sobre aplicação financeira e impostos incidentes	<u>183</u>	<u>38</u>

**Sol Maior Geradora
de Energia S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021*

Despesa Financeira (b)	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre debêntures (nota explicativa nº 9)	(3.877)	(2.052)
Outros	<u>(48)</u>	<u>(6)</u>
	<u>(3.925)</u>	<u>(2.058)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.742)</u>	<u>(2.020)</u>

17 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém operações com certos instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A exposição na qual a Companhia está exposta para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da controladora.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

(i) **Risco de crédito**

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está

apresentado a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Aplicações financeiras	1.595	1.413
Contas a receber	<u>1.395</u>	<u>329</u>
Total	<u>2.990</u>	<u>1.742</u>

A Companhia centraliza suas operações com as instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco e em papéis de alta liquidez.

(ii) Risco de liquidez

É o risco em que a controladora poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A política da companhia, tem por objetivo garantir a liquidez dos investimentos aplicados em bancos de primeira linha e, para cumprir com suas obrigações vincendas, visando mitigar o risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	3 meses ou menos	3 a 12 meses	mais de 12 meses
Fornecedores	209	209	-	-
Debêntures	9 <u>31.177</u>	-	<u>15.641</u>	<u>15.536</u>
Saldo 31 de dezembro de 2021	31.386	209	15.741	15.536

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	3 meses ou menos	3 a 12 meses	mais de 12 meses
Fornecedores	265	265	-	-
Debêntures	9 <u>17.795</u>	-	<u>1.679</u>	<u>16.116</u>
Saldo 31 de dezembro de 2021	18.060	265	1.679	16.116

(iii) Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável		31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros	Nota		
Aplicações financeiras	5	1.595	1.413
Contas a receber	6	<u>1.395</u>	<u>329</u>
	Nota	<u>2.990</u>	<u>1.742</u>
Passivos financeiros		31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	9	<u>31.177</u>	<u>17.795</u>
		<u>31.177</u>	<u>17.795</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As debêntures privadas emitidas pela companhia se tratam de um título pós-fixado, cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão mais a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), o índice de inflação oficial do governo brasileiro, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As debêntures

possuem fluxos semestrais periódicos de pagamento de juros ao investidor. Uma alteração na taxa Selic, taxa básica de juros definida pelo Banco Central do Brasil, não teria impacto no patrimônio e no resultado do exercício na data das demonstrações financeiras. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 2021.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

A análise de sensibilidade de variações nos rendimentos de aplicações financeiras e encargos sobre dívida dos empréstimos e debêntures

		Taxa de	Posição	Remoto	Possível	Provável	Possível	Remoto
	Indexador	juros a.a.	em	(-50%)	(-25%)		(+25%)	(+50%)
			31/12/2021					
Aplicação financeira	CDI	2,80%	1.595	1.510	1.553	1.595	1.637	1.680
	-	-	-	5,33%	7,99%	10,65%	13,31%	15,98%
Debêntures	IPCA	IPCA+8%	31.177	28.515	28.686	31.177	35.327	36.159

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”):

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo:

- **Nível 1** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

		31/12/2021		31/12/2020		
	Nota	Nível 2	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Bancos e aplicações financeiras	5	Nível 2	3.361	3.361	1.749	1.749
Custo amortizado						
Contas a receber	6	Nível 2	1.395	1.395	329	329
Passivos Financeiros Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	209	209	265	265
Debêntures	9	Nível 2	31.177	31.177	17.795	17.795

18 Eventos Subsequentes

Em 29 de abril de 2022, na Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão de Debêntures Simples, foi prorrogado o pagamento de amortização e juros vencidos para 31 de julho de 2022, em razão de ocorrência de sinistro ocorrido na planta solar de propriedade da Companhia, com o objetivo de reforçar o caixa e assim fazer frente as medidas necessárias de modo a mitigar os efeitos trazidos pelo sinistro e de forma célebre tomar as providências para que a planta solar volte a operar com 100% (cem por cento) da sua capacidade.
